

Alternativas para a economia

192

Uma das grandes preocupações de empresários e economistas é o congelamento. Para o ex-Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, quanto mais longo, maiores as pressões. Ele acha que as câmaras setoriais são a forma mais prática de sair do controle e preços. Esse mecanismo, no entanto, na opinião de Emerson Kapaz, do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, não deveria englobar setores como restaurantes, brinquedos e bebidas.

NOME	PREÇOS	SALÁRIOS	INDEXAÇÃO	POLÍTICAS FISCAL/	MONETÁRIA
Carlos Langoni, economista da FGV e ex-Presidente do Banco Central	É importante que o Governo reconheça que há uma forte defasagem no preço de produtos, como combustíveis, aços, embalagem, alumínio, entre outros. Ou seja, há fortes pressões de preços que precisam ser administradas com inteligência. Tentar fugir desta realidade, não seria positivo: é preciso admitir que existe inflação reprimida. Agora, estas correções não podem ser feitas de uma vez só. Mas a flexibilização precisa ser intensificada já.	Sou totalmente favorável a livre negociação, enquanto a inflação não chegar a um patamar de 15% a 20%. A partir daí fica impossível evitar alguma forma de proteção para os salários mais baixos. Agora, a livre negociação reconhece as diferenças existentes entre empresas, o que, inclusive tem evitado que o desemprego aumente muito.	A indexação de contratos e poupança de longo prazo não causa distorção alguma. O Governo só voltará a vender títulos com prazo superiores a seis meses ou um ano, se der alguma garantia. Aí a indexação é favorável. Agora, a TR precisa ser revisada. Ela existe porque a caderneta de poupança precisa ser corrigida, mas é melhor acabar com ela e criar nova regra para a poupança: a prefixação da TR limita a política monetária.	É para onde eu espero grande atenção da nova equipe. Já em agosto e setembro o Congresso deveria estar recebendo projeto de reforma tributária, para que já em 1992 a mudança seja aplicada. Estamos chegando ao limite de contenção do déficit, via corte de despesa. É preciso reduzir impostos indiretos e sobre investimentos e concentrar os tributos sobre a renda e a riqueza.	
Aloisio Teixeira, Diretor do Instituto de Economia Industrial (IEI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Da mesma forma que a equipe antiga, a atual não sabe como sair do congelamento. É inútil dizer que vai fazer isso ou aquilo, porque na verdade os preços estão se descongelando sozinhos. As câmaras setoriais deveriam discutir menos preços e mais uma saída geral, a partir de metas traçadas pelo Governo para inflação, salários, política industrial etc, para que se pudesse obter uma saída um pouco mais organizada deste congelamento.	A livre negociação é uma boa medida, mas em países de inflação baixa e de elevado nível de organização sindical, o que não é o nosso caso. É preciso criar mecanismos que garantam recomposição salarial para as classes menos organizadas. É preciso garantir que os salários sejam recompostos por seu valor real. Se deixarem do jeito que está, ficará mal.	A única coisa que não está indexada é os salários. Alguns menos indexados que outros — e neste sentido, o funcionalismo público está pagando um preço altíssimo. A TR unificou todos os mercados em torno de uma indexação com base na inflação futura, e não na passada. Há alguma vantagem nisso? Acredito que não!	O poder de criar moeda não é exclusivo do Governo: os agentes monetários forçam a expansão por outro lado. Neste sentido, não há condições de fazer política monetária austera. Devia ser feita é uma política monetária mais realista, que inibisse frustrações e, consequentemente, perturbações de mercado.	
Mário Henrique Simonsen, ex-Ministro da Fazenda	A saída do congelamento poderia ser feita através de dois sistemas: das câmaras setoriais ou do CIP. Mas o CIP está desativado, então restam as câmaras. Então eu acho que é a mais prática. É a que se tem disponível. Todo congelamento gera um problema básico que é a forma de saída dele. E por isso não pode durar muito tempo: quanto mais longo, maiores as pressões.	O ideal é manter a livre negociação, mesmo se a inflação subir muito: aí, serão as cláusulas de negociação que estabelecerão alguma regra. E depois, dizer, que as categorias menos mobilizadas acabam perdendo mais é uma história antiga, que nunca acontece: quando a inflação se acelera muito, todo mundo perde; quando a inflação se acelera pouco, ninguém perde. Retrocósmo seria voltar ao regime de indexação	A TR tem que ser mantida. Eventualmente o Governo pode aumentar ou diminuir um pouco a taxa. O importante é manter a desarticulação entre a indexação e a inflação passada. E a TR evita isso. Além disso, não é verdade de que só os salários não estejam indexados. Os preços também não estão. Os contratos de longo prazo que devem ser indexados. Aliás, isto já é permitido.	É preciso manter a austerdade. Para fazer uma política monetária austera, o Governo precisa aumentar a credibilidade dos títulos públicos, para ter capacidade real de vendê-los. Mas só consegue fazer isso se der garantias de que não haverá novo sequestro de dinheiros, novas tablitas, etc. Uma saída, seria colocar no mercado títulos de prazo longo, com opção de correção cambial.	
Francisco de Assis Moura de Mello, economista e Diretor do Banco Marca	A curto prazo o Governo deverá manter o grau de intervenção. A médio e longo prazos, acredito que para para uma política menos intervencionista, mantendo, entretanto, o controle sobre oligopólios e monopólios. Técnicamente sou favorável à economia de mercado, mas não é do estilo do novo Ministro fazer choques — e liberar tudo seria um choque, seria um risco.	A tendência, a meu ver, é de seguir a política do Governo anterior, de livre negociação	É falso o conceito difundido pela equipe anterior de que indexação provoca inflação. E a TR tem que sofrer uma completa revisão, porque está sendo usada para indexar escolas, serviços, e outros contratos, e isto é altamente negativo para a economia, porque a taxa embute juros. O resultado é que temos um mês uma inflação na casa dos 7% e uma TR na casa dos 9%. Ou seja, a TR é totalmente inapropriada para fins de indexação.	O Governo deve continuar dando prioridade às grandes políticas macro-económicas. De forma mais ou menos gradualista, sem dúvida a austerdade tem que ser mantida. A manutenção dos princípios básicos da economia é fator fundamental para tirar o País, sobretudo, da onda de falta de credibilidade. Os critérios gerais tem que ser de austerdade.	
Geraldo Gardenalli, Presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo e ex-Secretário da Fazenda Nacional	O Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, deve promover a médio prazo uma liberação dos preços dos setores mais competitivos da indústria e ao mesmo tempo manter as câmaras setoriais para o restante da cadeia produtiva.	Mudanças na política salarial, somente no caso da inflação chegar a patamares acima de 8%, quando então o Governo aprovaria uma forma de indexação. Apesar do congelamento de salários imposto pelo Plano Collor II, ele admite que as empresas prossigam nas antecipações mensais, espontâneas.	Não deve haver mudanças substanciais na política geral da nova equipe econômica.	A austerdade é fundamental. O controle monetário acirrado permanecerá. É um dos instrumentos do controle da inflação.	
Léo Wallace Cochrane Júnior, presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban)	Espero que o controle de preços e as câmaras setoriais sejam mais flexíveis, adequando cada caso às suas circunstâncias.	Na política salarial acredito que o Governo dará ênfase mais acentuada à livre negociação. A Secretaria Nacional de Economia, Dorothea Werneck, tem trânsito fácil na área sindical, o que facilita bastante o encaminhamento do assunto para o campo da negociação.	Se a inflação permanecer contida — como esperamos que aconteça — não haverá porque se preocupar com indexação. Acredito que o essencial é conter a inflação.	Tudo leva a crer que o Governo manterá as atuais políticas monetária e fiscal, com a mesma austerdade e firmeza com que vinham sendo conduzidas pela equipe que saiu. Não é hora de grandes alterações.	
Celso Lafer, Diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e da Metal Leve	A política de preços será um dos grandes desafios da nova equipe econômica, que terá que administrar a saída do congelamento para o livre mercado. O desejável é que a transição ocorresse da maneira mais rápida possível, mas sem romper o delicado equilíbrio, capaz de reativar o processo inflacionário.	Fica muito difícil fazer previsões sobre qual a política salarial desejável, antes do novo Ministro manifestar qual será sua linha de ação.	Saber se será adequado reiniciar ou não a economia vai depender de conhecer a política básica da nova equipe econômica. Sem inflação, não há necessidade da reinindexação.	As políticas fiscal e monetária adotadas pela ex-Ministra Zélia estão no caminho certo. Acredito que serão mantidas e que a austerdade continue sendo a preocupação básica na manutenção de uma política anti-inflacionária.	
Emerson Kapaz, Coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais e Presidente da Elka	Setores que não têm peso na inflação - restaurantes, brinquedos, bebidas - deveriam ficar fora das câmaras setoriais. Desemperradas, elas teriam mais tempo e agilidade para cuidar dos setores de peso como os da indústria de cimento, aço, petroquímica, embalagem, automobilística.	A nova equipe precisa de um voto de confiança de empresários e trabalhadores. Uma trégua inicial de no máximo 45 dias, onde o Governo não mudaria as regras do jogo, os empresários não alterariam os preços e os trabalhadores — que vêm conseguindo bons reajustes nos últimos dois meses — suspenderiam suas reivindicações. Durante a trégua, seria feita uma grande reunião nacional para discutir em conjunto como retomar a produção sem inflação.	No meu entender, será necessária uma indexação parcial para se sair de maneira adequada do congelamento. Os reajustes serão negociados até a retomada do livre mercado.	O Governo não deve mexer na política monetária. Os juros estão voltando aos patamares em que estavam. Não pode haver exagerada liquidez no mercado. O Governo tem que agir com austerdade, que funcionar também dentro do Estado, acelerando as privatizações, cortando gastos. É necessária uma rápida reforma tributária. Não dá para aguentar brutal acúmulo de impostos, que chegam a mais de 53% do preço final dos produtos. O Governo compensaria a redução de impostos com o aumento no volume de arrecadação.	